

INSULAMENTO BUROCRÁTICO E HEGEMONIA BURGUESA NA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO

Lúcio Hanai Valeriano Viana¹

RESUMO

O presente artigo teve por objetivo analisar o insulamento burocrático na formação do Estado brasileiro e sua relação ideológica com o nacional-desenvolvimentismo. A interpretação histórica indica que, na especificidade do caso brasileiro, o Estado nacional assumiu o papel que nos países pioneiros na Revolução Industrial havia sido desempenhado pela classe burguesa. No entanto, as análises e reflexões acrescentaram que, apesar do viés ideológico em que se sucedeu o desenvolvimento no Brasil, o país ingressou, para o bem e para o mal, numa ordem capitalista que promoveu as mudanças que caracterizam as sociedades modernas. A conclusão em que se pôde chegar é que o insulamento burocrático, apesar de ter mudado completamente os rumos da vida política brasileira, apontou o caminho para que se iniciasse a busca pela soberania nacional.

Palavras Chave: *Burocracia, hegemonia, ideologia, Estado nacional, soberania nacional.*

ABSTRACT

This article analyzes the bureaucratic insulation in the formation of the Brazilian State and its ideological relationship with the national developmentalism. The historical interpretation suggests that the specificity of the Brazilian case, the national state assumed the role of pioneer countries in the Industrial Revolution had been played by the bourgeois class. However, the analysis and reflections added that despite the ideological bias that followed the development in Brazil, the country joined in a capitalist order that promoted the changes that characterize modern societies. The conclusion that could be reached is that the bureaucratic insulation, although it has completely changed the direction of Brazilian political life, he pointed out that the way to begin the quest for national sovereignty.

Keywords: *Bureaucracy, hegemony, ideology, national State, national sovereignty.*

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mestre em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Atua na área de Ciência Política e Administração Pública. Atualmente é professor-tutor das disciplinas relacionadas à ciência política, administração pública e macroeconomia do FGV On-line e professor de Cenários Macroeconômicos e Economia de Mercado dos cursos de pós-graduação da Estácio. Possui também experiência em pesquisas sociais e consultoria de mercado.

Introdução

O esforço de situar o Brasil numa perspectiva histórica requer uma cuidadosa interpretação. Afinal, trata-se de um Estado que evoluiu de mantenedor da unidade nacional a promotor do desenvolvimento.

Originalmente, a constituição da sociedade brasileira se fez marcadamente pelo domínio das oligarquias locais que, abaladas pela crise de 1929, tiveram seu poder enfraquecido abrindo espaço ao movimento Tenentista.

Com o poder nas mãos, os revolucionários tinham como desafio romper os laços com o passado colonial e fundar um país que pudesse se reconhecer como nação. É a partir de 1930 que se inicia no Brasil o processo de formação do Estado capitalista colocando em marcha um projeto nacional de desenvolvimento que tem na industrialização a esperança de superar seu atraso histórico.

Ao assumir o poder, Getúlio Vargas inicia o processo de construção do Estado nacional brasileiro. As reformas direcionam-se especialmente à construção de uma burocracia Estatal com o objetivo de aparelhar o Estado de mecanismo legais que o permitisse total autonomia dentro do território nacional.

Desse modo, o despertar da sociedade brasileira se fez do embate entre as forças regionais e locais com o poder central. Foi a partir da Revolução de 1930 que Getúlio Vargas dá o primeiro passo rumo ao pacto federativo. O alcance das transformações que ali se iniciavam marcaria profunda e definitivamente o curso da história política brasileira. O processo de industrialização liderado pelo Estado estruturaria um país essencialmente agrário para uma nova realidade que pode ser definida como capitalista de mercado.

Contudo, a forte presença do Estado e sua considerável expansão burocrática permitiriam ao Brasil maior liberdade de ação, pois, apesar de permanecer uma nação ainda dependente das exportações - notadamente de produtos primários - o país se desenvolvia diversificando sua produção interna e aumentando o poder de consumo das massas nos centros urbanos que se formavam.

A partir de 1964 se inicia uma nova fase do nacional-desenvolvimentismo brasileiro. A burguesia industrial que se formava, temerosa com a expansão do socialismo soviético em Cuba, aliou-se à classe militar apoderando-se do Estado nacional. Esse fato

redirecionou o modelo de desenvolvimento que até então se buscava implementar para atender aos interesses daqueles que haviam tomado posse da coisa pública.

A crise econômica iniciada com o petróleo no final década de 1970 serviu de pretexto para que as políticas nacionalistas (vistas como protecionistas) fossem responsabilizadas pela crise política árabe-israelense. O enfraquecimento econômico dos países centrais permitiu às nações periféricas (subdesenvolvidas) a continuidade de suas políticas nacional-desenvolvimentistas. Observou-se, então, um vertiginoso crescimento econômico do Brasil e, de modo geral, dos demais países da América Latina.

As dificuldades de se manter as políticas de seguridade social devido a forte crise econômica mundial e o levante das ideologias neoliberais concediam ao mercado crescente autonomia em detrimento das estruturas reguladoras do Estado. Na década seguinte, o Brasil havia conquistado um grande parque industrial acumulando, no entanto, uma extrema desigualdade social e uma elevada dívida externa.

Sob forte hegemonia norte-americana grande parte dos países latino-americanos, inclusive o Brasil, submete-se ao receituário da “ortodoxia convencional” representante dos interesses de Washington (Bresser-Pereira, 2007). Guiados por essa ideia diretora que presumia o total abandono do nacional-desenvolvimentismo, os países da América Latina amarguraram profundas recessões. A partir de então, a busca para a retomada do crescimento econômico vem se mostrando cada vez mais difícil. As inúmeras tentativas fracassaram, especialmente em função da ausência de um projeto nacional de desenvolvimento.

A decisão de estender essa nota introdutória para além do período a que se refere esse trabalho deveu-se, sobretudo, a necessidade de contextualizar mais amplamente a importância do período histórico em que vigorou o vetor Estado como estratégia de desenvolvimento, pois, apesar das grandes transformações enfrentadas ao longo de quase um século, o Estado moderno no Brasil, ainda em constante evolução, busca cumprir seu papel histórico. No entanto, os interesses que passaram a fazer parte do jogo parecem tornar os desafios ainda mais difíceis.

Da formação do Estado nacional brasileiro

A consequência mais eminente de uma sociedade estruturada sob o domínio de grupos oligárquicos é o Coronelismo. Este baseia-se em relações de cunho pessoal e de interesses privados. Indaga-se, contudo, se a prevalência de tal prática ocorre devido ao fato de ter sido o Estado brasileiro uma ideia importada e, portanto, incompatível com a especificidade cultural que se havia formado no Brasil.

“devemos notar, desde logo, que concebemos o ‘coronelismo’ como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (LEAL, 1997. p.40)

Ficava evidente que as transformações em curso haveriam de se adaptar à realidade brasileira. Não é sem razão que após a Independência do Brasil em 1822, Wanderley Guilherme dos Santos ressalta o ingresso do país numa nova fase histórica caracterizada pela chegada do pensamento científico que, por sinal, se restringe às classes dominantes.

Essa lógica se afirma ao se analisar o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil que ocorreu de forma paulatina e sempre atrelada aos interesses da classe burguesa, especialmente em função da acessibilidade ao conhecimento científico que a ela se restringia (SANTOS, 1978).

A abertura que se fazia no campo do conhecimento científico associou-se ao pensamento liberal que se sobressaia na Europa, pois todas as idéias que se iam desenvolvendo no mundo provinham do Renascimento e do Iluminismo. Apesar disso, a preocupação em criar uma identidade para uma nação com *status* de colônia era eminente. Mas, para que essa visão pudesse prevalecer, haveria de se romper com o poder das oligarquias locais e regionalistas.

Nessa fase, destaca-se a obra de Oliveira Vianna que ressalta duas alternativas para que o Estado consiga atuar como promotor das transformações sociais. São elas: a liberal e a autoritária. No primeiro caso, o “povo” estaria livre para executar a mudança pretendida pelo Estado, e na segunda situação, o “povo” seria obrigado a se submeter à mudança promovida pelo poder central. Oliveira Vianna é notadamente descrente da técnica liberal. Segundo ele “o grande erro ou a grande ilusão dos nossos reformadores é querer que o povo

mude – por ação de uma política do Estado – o seu comportamento tradicional da vida pública, dentro de regimes liberais” (VIANNA, 1987. p.103).

No entanto, para que o Estado consiga implementar mudanças por coerção, ressalva o autor, é necessário que estas não sejam totalmente alheias à cultura em que se almeja conquistá-las.

Joaquim Nabuco (1997) e Oliveira Vianna (1987) procuram vencer os obstáculos criados especialmente pelos grupos oligárquicos. E, não é demasiado dizer que pela primeira vez se estava pensando em um projeto nacional. Ora, se existe um consenso, este se pronuncia na tentativa de redirecionar os rumos da história política brasileira.

O despertar da nacionalidade brasileira se fez do embate entre as forças regionais e locais com o poder central, e, a partir da revolução de 1930, o país manifesta os primeiros sinais para a consolidação da nação. No entanto, os problemas de pertencer a um país de grande extensão territorial como o Brasil, impunha outros desafios:

“Das soluções possíveis para o nosso problema da administração local, a única solução, que pode conciliar o princípio da unidade e da autoridade política administrativa, imposta pela nossa desmedida extensão territorial, é – não a descentralização política (municipalismo, Federação ou Confederação); mas, pura e simplesmente aquilo que os tratadistas chamam ‘desconcentração’ – solução intermédia, em que a unidade política do Poder Central – condição essencial da unidade nacional – se mantém inatingida em face da descentralização administrativa” (Vianna, 1987. p.103).

Nesse contexto emerge a visão centralizadora de Oliveira Vianna que não se resume à questão territorial e suas derivações. O autor ressalta que um governo democrático também não seria capaz de exercer seu papel efetivo que é a representação política. Afinal um povo sem cultura seria incapaz de bem escolher um representante a altura dos interesses nacionais.

Desse modo, a conjuntura política que se formava sobre a realidade social brasileira nutria-se de um tipo de cientificismo. E foi por esse caminho que seguiram os líderes da Revolução de 1930. E de fato esse levante redirecionou a “missão civilizadora” nos trópicos. Em curto espaço de tempo o autoritarismo instrumental se manifestou com eficiência nas inúmeras instituições políticas inauguradas pelo Estado Novo. Talvez aí estivesse ocorrendo a passagem do “homem cordial” de Sergio Buarque de Holanda (1976, P. 106) para o “herói sem caráter” de Mário de Andrade em Macunaíma (1977).

Ao longo de sua história, o Brasil almejou superar suas limitações por intermédio da criação de um Estado Moderno amparado por instituições políticas e por todo o seu aparato burocrático. Ao contrário do ocorrido na Europa, o Estado nacional brasileiro precedeu o conflito de classes inscrevendo-se como “país do futuro”. Ora, as marcas deixadas pela herança colonial foram profundas, se estendendo aos dias de hoje. Esse passo histórico não rompeu seus laços com o passado colonial, apenas prefigurava a nação que adviria. Estaria aí a resposta à desiludida pergunta de Raymundo Faoro (1994) quanto a autenticidade de um pensamento político brasileiro?

Talvez por essas e outras razões que o papel histórico do Estado na promoção de uma identidade política brasileira ainda esteja por acontecer.

Insulamento burocrático no Brasil: do Coronelismo ao Estado moderno

Ao contrário do ocorrido na Europa em que o Estado moderno surge como obra da burguesia, no Brasil, foi o Estado que veio promover a ascensão da classe burguesa. Esse fato significou em verdade a vinda da “racionalidade” capitalista para modernizar os meios de produção num país essencialmente agrário. No entanto, para que esse novo sistema fosse colocado em prática seria necessária uma mão-de-obra livre que pudesse servir as exigências dessa nova modalidade produtiva, a industrialização. Para tanto, haveria de se romper com os vínculos empregatícios, vale dizer, informais e coronelistas, que até então vigoravam.

Em 1930, quando Vargas assume o poder e implementa a industrialização como projeto nacional de desenvolvimento, lança-se ao mesmo tempo as bases necessárias para que as oligarquias, já enfraquecidas pela crise de 1929, perdessem o poder sobre seus empregados, logo que a vinda das indústrias e as novas leis trabalhistas representariam uma alternativa de trabalho independente das elites fundiárias.

O clientelismo, prática que distingue por critérios pessoais as relações sociais, haveria de ser superado, pois esse tipo de comportamento diverge da concepção “universalista” que acompanha o processo de modernização.

“O sistema de ‘troca generalizada’ do clientelismo é diferente do sistema de ‘troca específica’ que caracteriza o capitalismo moderno. Neste, o processo de troca e aquisição de qualquer bem não inclui a expectativa de relações pessoais

futuras, nem depende da existência de relações anteriores entre as partes envolvidas” (NUNES, 1997, p. 28).

Dessa forma, a vinda da racionalidade capitalista, acarreta numa série de mudanças que impõem um padrão universal para as relações sociais em que todos os indivíduos se tornam iguais perante a lei. Do mesmo modo, o ‘insulamento burocrático’ tende a separar através de critérios racionais (entenda-se critérios técnicos) o papel das organizações políticas no contexto social (NUNES, 1997). Ambos os procedimentos, são empecilhos ao tratamento clientelista como forma de relação social.

O papel que passou a desempenhar o Estado na formação da sociedade brasileira variava de agente regulador da sociedade, através de órgãos coercitivos, burocratização das relações comerciais, normatização e universalização de procedimentos, a executor de um projeto nacional de desenvolvimento que se realizava por meio da industrialização.

No entanto, essa atuação complexa e abrangente exigia da classe dirigente concessões a grupos organizados que se estendiam da sociedade civil à classe militar e governista. A esses grupos deve-se a responsabilidade das distorções político-burocráticas que passaram a debilitar o poder de decisão dos dirigentes do país.

Abrir-se-ia a brecha para que o localismo político pudesse conviver com uma nação que aspirava a soberania como fim último de seus procedimentos. Inaugurava-se o Estado de compromisso aglutinando interesses aparentemente inconciliáveis.

Burocracia e Clientelismo

O sentido “positivo” que se empresta à “racionalidade instrumental” ou “dos fins” também se aplica à idéia de corporativismo (WEBER, 1968). No Brasil o termo se define como “um mecanismo que serve ao propósito de absorver de forma antecipada o conflito político através da incorporação e da organização do trabalho” (NUNES, 1997, p.36). Ao modo de Hegel, a burocracia representa a esfera dos interesses públicos e universais nas quais as contradições são identificadas e, em seguida, superadas, fazendo da sociedade um organismo em constante evolução.

Independentemente das causas em jogo, o clientelismo também constitui uma forma de organização ou critério de seleção. No entanto, do ponto de vista *meritocrático* um

critério que contraponha a universalização dos procedimentos defronta-se à lógica do mercado capitalista, logo que este se baseia em critérios *técnicos* e universais como formas de escolha. Daí o conflito entre burocracia e clientelismo.

A planificação econômica realizada por Getúlio fez do DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) um dos órgãos mais importantes de sua gestão. “Caberia ao DASP a responsabilidade de definir, racionalizar e controlar a carreira do funcionalismo público e a organização da estrutura administrativa” (DRAIBE, 1985, p. 85). Assim como o ISSB (Instituto dos Serviços Sociais do Brasil) esses organismos são exemplos de que o Estado nacional buscava, através de uma burocracia formalizada, centralizar e racionalizar seu instrumental de ação política. “O modo tecnoburocrático está assim marcado pelo caráter burocrático, pela administração racional e impessoal, pela estrutura hierarquizada e formal” (BRESSER-PEREIRA, 1977, p.68).

Muitas vezes criticada, a ditadura varguista foi o momento histórico a partir do qual o Brasil passou a fazer parte, mesmo que de maneira limitada, do cenário internacional. Ainda assim, as preocupações com o desenvolvimento da sociedade brasileira eram notórias. As redes de proteção social, como a previdência, criadas no período apontado, demonstram um país em profundas transformações estruturais que dificilmente ocorreria de forma pacífica.

De todo modo, a sincronia entre burocracia estatal e desenvolvimento capitalista no Brasil transformou de maneira definitiva, vale dizer para o bem e para o mal, a história que este país vinha seguindo. No entanto, fica evidente que ao se associar às elites industriais o governo brasileiro torna-se, de certo modo, clientelista, perdendo de vista a sua meta essencial que é a construção de uma nação soberana.

Hegemonia e desenvolvimento

O governo Vargas é marcadamente um governo de coalizão. Seu pacto com a burguesia industrial era tido como parte do processo de industrialização. As relações internacionais que o Brasil passou a fazer com outros países resultariam no agravamento do quadro da dependência externa, pois,

“a penetração das empresas multinacionais justamente com a emergência dos Estados nacionais tecnoburocráticos são as duas condicionantes históricas

básicas que vão determinar o modelo de subdesenvolvimento industrializado nos países periféricos” (BRESSER-PEREIRA, 1977, p. 311).

Dessa forma, a presença das multinacionais nos países subdesenvolvidos constituiria um “fato histórico novo” que não havia sido adequadamente previsto pelo modelo histórico-estrutural da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). A “teoria da dependência” viria demonstrar as dificuldades de se criar uma burguesia nacionalista na América Latina (CARDOSO e FALETTTO, 2004).

Desse modo, apesar das benfeitorias iniciadas com a criação do Estado moderno, o país atravessava um período histórico em que a hegemonia das classes dominantes muito se assemelhou ao conceito de ciência, particularmente ao conceito desenvolvimentista pregado pela classe industrial representada por Roberto Simonsen.

Fez parte do insulamento burocrático a prevalência do fator *técnico* sobre o *político*, fazendo vigorar também as idéias vindas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) que transmitiam a esperança de que os países periféricos poderiam buscar na industrialização uma forma de superar o subdesenvolvimento.

Contudo, o processo de industrialização vivido pelo Brasil entre 1930 a 1964 envolveu interesses e ideologias de variadas vertentes, no entanto, é preciso destacar que a industrialização era tida como única alternativa capaz de superar o modelo oligárquico. A outra opção era o socialismo soviético que em um país com características coloniais como o Brasil, dificilmente se conseguiria sustentar.

Segundo Luciano Martins:

“houve sempre uma ideologia de intervenção do Estado (assumisse ela a forma de estatismo, nacionalismo ou desenvolvimentismo), cujo referente era a idéia de nação. Era esse referente que emprestava à empresa governamental – embora algo simbolicamente – a condição de res pública, mais do que sua finalidade social ou o sistema de controles sobre ela efetivamente exercido pelo público através de seus mandatários. Na verdade esses controles eram em parte ‘substituídos’ pela existência, justamente, do ‘administrador público’ que, por assim dizer, introjetava em seu comportamento a idéia de Estado referida à de nação. Daí por que, no plano da ideologia, estatismo, nacionalismo ou desenvolvimentismo apareciam muitas vezes como confundidos, como conceitos intercambiáveis, os quais, na medida mesma em que eram percebidos como instrumentais de um projeto de desenvolvimento da nação, serviam para justificar politicamente a existência da empresa estatal e o papel exercido por seus administradores. Foi nesse contexto histórico que prevaleceu até os anos 50, que emergiu e se consolidou a idéia da ação empresarial do Estado no setor produtivo do país” (MARTINS, 1985, p.59 – 60).

A partir de 1964, quando se instaura o Golpe Militar, a ideologia que se apodera do governo também se define como nacional-desenvolvimentista. No entanto, esta abandona

completamente os projetos sociais subordinando o Estado aos interesses de grupos sociais específicos. Nesse caso, a classe burguesa industrial. “A tecnoburocracia civil e militar continua a constituir o corpo de funcionários e a força pública do Estado, mas agora ela também participa da elite política dirigente em associação com os representantes da burguesia” (BRESSER-PEREIRA, 1977, p.169).

Nesse contexto, o interregno histórico imposto pela classe militar, associada aos interesses da burguesia industrial redireciona, ainda que temporariamente, o curso do modelo civilizatório que se tentava realizar no Brasil. Neste momento, a agenda política burguesa-militar assume o comando da nação.

Considerações sobre o Golpe Militar de 1964

Ao observar a história do Brasil desde o momento de sua *descoberta* nota-se uma sociedade desprendida de qualquer compromisso nacional. Essa característica acompanha o país durante todo o período imperial estendendo-se ao início do século seguinte. Daí se justifica as obras de Joaquim Nabuco e Oliveira Vianna que buscava romper o localismo político fortalecido pelas oligarquias e visando constituir um poder central.

A luta para romper com a condição de colônia se consolidou apenas em 1930 com Getúlio Vargas assumindo o poder e redefinindo a burocracia existente, centralizando no Estado nacional os novos contornos da soberania (Draibe, 1985). A partir de então, dá-se início ao processo de industrialização que promoverá consideráveis transformações na sociedade brasileira. Em curto espaço de tempo surgiram os centros urbanos atraindo considerável parcela da população rural para as cidades. Configurava-se aí o primeiro traço característico da moderna sociedade brasileira, evidenciado pelo proletariado urbano e classe média (FURTADO, 1968).

A consequência da desagregação de um poder que se legitimava sob a forma de uma burocracia legal permitiu a ascensão de grupos de interesses específicos ao poder. O golpe militar de 1964 pode ser entendido como consequência do *aventureirismo* que passou a fazer parte da cultura política brasileira. O poder burocrático-militar se autodenominava nacional-desenvolvimentista. Este assegurava às elites industriais seu fortalecimento em

detrimento da liberdade e direitos políticos da classe trabalhadora tanto do meio rural como também do urbano.

Interrompia-se dessa forma a evolução das instituições políticas que se realizava no embate de forças entre Estado e sociedade civil. Silenciada, essa mesma sociedade procura abrir seu próprio espaço de ação, mas é cerceada por uma elite que se apodera do governo e lá permanece por mais de duas décadas.

Essa ruptura na história de um país *recente* como o Brasil que buscava, através da instrumentalização burocrática, superar seu passado colonial e fundar uma nação soberana, significou a interrupção de sua construção (Furtado, 1992). O processo de industrialização que se vinha tentando implementar pretendia, apesar de seu alcance limitado, colocar adiante um projeto de nação buscando atender as exigências de uma sociedade civil cada vez mais organizada.

O Golpe de 1964 que deu continuidade ao processo de industrialização privilegiando grupos urbanos e negligenciado as reformas sociais fez com que o país amargasse um retrocesso histórico sem precedentes. Muito dos problemas a que hoje se assiste na realidade brasileira tem seu agravamento naquele interregno.

Ora, a industrialização, ainda que tardia e incompleta, havia permitido ao país certo grau de autonomia, logo que lhe permitia estratégias mais diversificadas para as transformações que se pretendiam por em marcha. O maior grau de liberdade conquistado por meio da política industrial foi se desvirtuando ao longo da ditadura militar tendo seu fim na fase de redemocratização quando o Brasil “opta” por uma agenda ultraliberal (Fonseca, 2005). É nesse momento que se esvai o Projeto Nacional de Desenvolvimento e, em seu lugar, passam a vigorar os interesses de grupos dominantes desprovidos de qualquer compromisso com a nação.

À guisa de conclusão

Apesar das deformações ocorridas ao longo da construção do Estado moderno no Brasil, as instituições políticas criadas no governo Vargas, independente de seu caráter

ideológico, fazem parte de um conjunto de transformações que asseguram, ainda hoje, os direitos sociais de grande parcela da população brasileira.

Vale ressaltar as dificuldades de imaginar outra possibilidade aos líderes da Revolução de 1930 que não fossem o de conciliar os interesses de grupos dominantes aos ideais da transformação que se pretendia realizar.

Em uma cultura marcada por acirradas disputas pelo poder dificilmente se permitiria levar adiante uma mudança, na profundidade de como ocorreu no Brasil, na forma de uma “revolução passiva”. A ruptura histórica foi, por assim dizer, necessária para que o país tomasse um rumo. O caminho escolhido foi claramente defendido, como se pode notar, pelo esforço em construir uma burocracia racional, corporativa e universalista. Mesmo sabendo que sua perfeição jamais seria atingida, nem mesmo em outros países e em outros contextos, o mérito de ter conseguido dar ao país um *status* de nação não deve ser negado.

Resta saber se práticas como o clientelismo é fruto realmente dessa amalgama cultural que constitui a cultura brasileira ou se assim se sucedeu devido ao fato de ter sido o Estado e seu aparato burocrático um sistema importado incompatível com a especificidade cultural que se formou no Brasil. Ora, sabe-se que a racionalidade instrumental chegou ao país por vias de “importação de idéias”. Estaria essa burocracia completamente dissociada de nossa cultura? Ou realmente estamos fadados ao fracasso por uma condição histórica dada?

Obviamente, que o Estado nacional brasileiro caminha para o cumprimento de sua missão histórica que é permitir ao país assumir seus atos sem ter que justificá-los, como historicamente vem fazendo, pelos fatores exógenos.

No entanto, o excesso ou a desordem do formalismo institucional ajuda a promover o ‘jeitinho brasileiro’. Se assim ocorre, esses dois processos, aparentemente antagônicos, se complementam dando origem a especificidade comportamental e cultural do brasileiro. A evolução histórica do país tende, indubitavelmente a racionalizar as relações sociais tornando-as mais próximas daquela racionalidade capitalista que sonhavam os Tenentistas.

Percebe-se, contudo, que em menos de um século de história, o Estado nacional brasileiro promoveu transformações inegáveis, sendo importante destacar que o objetivo inicial da Revolução de 1930, era, antes de tudo, a construção de uma nação soberana.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. *Macunaíma*. São Paulo, Martins Editora S.A., 1977.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Pós-Consenso de Washingt*n. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira - 8ª Edição, 2004.
- DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FAORO, R. *Existe um pensamento político brasileiro?* Editora Ática, 1994.
- FONSECA, F. *O Consenso Forjado*. Editora Hucitec, 2005.
- FURTADO, C. *Brasil, a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- HEGEL, G.W.F. *Princípios de Filosofia do Direito* São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros I, 9ª Edição, Rio de Janeiro, 1976.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 3ª edição, 1997.
- MARTINS, L. *Estado e burocracia no pós-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- NABUCO, J. *Um estadista do Império*. 5ª ed. vol. II. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para a Sociedade Civil*. Cortes, 2005.
- NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil*. Zahar, 1997
- SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- VIANNA, F. J. O. *Instituições Políticas Brasileiras*. São Paulo, Edusp, 1987.
- WEBER, M. *Ciência e Política duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.

Recebido: novembro de 2011

Avaliado: dezembro de 2011